

Indicadores de Sustentabilidade em Instituições Públicas no Estado de Rondônia¹

MARTA HELENA DE LELLIS

Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Brasil
martalellis@unir.br

Resumo

Objetivo da pesquisa: Identificar a aderência entre o grupo de indicadores dos Planos de Logística Sustentável das instituições que integram a Rede de Cooperação em gestão pública sustentável do Estado de Rondônia (ECOLIGA/RO) e os indicadores difundidos pela Global Reporting Initiative (GRI).

Enquadramento teórico: A pesquisa emprega, como sustentação teórica, estudos sobre indicadores de sustentabilidade, Planos de Logística Sustentável e os indicadores, difundidos pelas Diretrizes da GRI.

Metodologia: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por análise documental, proveniente do Manual de implementação de relatos de sustentabilidade da GRI e dos indicadores contidos nos Planos de Logística Sustentável dos órgãos estudados. Para coleta dos dados foram realizadas buscas nas páginas eletrônicas das dez instituições que compõem a ECOLIGA/RO.

Resultados: Verificou-se que a representação dos indicadores das instituições pesquisadas ainda precisa evoluir; dentre os dez órgãos pesquisados somente quatro implementaram seus planos, sendo que estes pertencem à esfera do poder judiciário e, por força da determinação do Conselho Nacional de Justiça, eles editaram seus documentos. Constatou-se que a aderência dos indicadores contemplados nos Planos de Logística Sustentável, em relação à GRI, é bastante incipiente; dentre os 91 indicadores de seu compêndio, apenas seis foram reportados pelas instituições pesquisadas.

Originalidade: Esta pesquisa se diferencia das demais por ser o primeiro estudo comparativo sobre a aplicação dos indicadores de sustentabilidade, difundidos pela GRI a nível rondoniense, com foco na evidenciação em Planos de Logística Sustentável.

Contribuições teóricas e práticas: Esta pesquisa contribui para o âmbito da gestão pública, pois aumenta as chances de comparação de desempenho com outras instituições, proporciona um suporte institucional para que, futuramente, obtenham certificações de sustentabilidade, incentivando a melhoria da qualidade dos serviços e a ampliação do atendimento à população, trazendo evidências que possam fornecer um arcabouço para gestores públicos traçarem estratégias gerenciais, concentradas em práticas de gestão sustentável.

Palavras-chave: indicadores de sustentabilidade, plano de logística sustentável, Global Reporting Initiative.

¹ Sustainability Indicators in Public Institutions in the State of Rondônia // Indicadores de Sostenibilidad en Instituciones Públicas del Estado de Rondônia

Abstract

Research objective: To identify the adherence between the group of the Sustainable Logistics Plans indicators of the institutions that make up the Cooperation Network in sustainable public management in the State of Rondônia (ECOLIGA/RO) and the indicators disseminated by the Global Reporting Initiative (GRI).

Theoretical framework: The research uses, as theoretical support, studies on sustainability indicators, Sustainable Logistics Plans and the indicators, disseminated by the GRI Guidelines.

Methodology: It's about qualitative research, developed by document analysis, from the GRI Sustainability Report Implementation Manual and the indicators contained in the Sustainable Logistics Plans of the studied institutions. For data collection, searches were carried out on the electronic pages of the ten institutions that integrates ECOLIGA/RO.

Results: It was found that the representation of the institutions indicators surveyed still needs to evolve; among the ten surveyed institutions, only four, which belong to the sphere of the judiciary, implemented their plans, and, by virtue of the determination of the National Council of Justice, they edited their documents. It was found that the adherence of the indicators contemplated in the Sustainable Logistics Plans, in relation to the GRI, is quite incipient; among the 91 indicators in its compendium, only six were reported by the institutions surveyed.

Originality: This research differs from the others being the first comparative study on the application of sustainability indicators, disseminated by the GRI at the Rondonian level, with a focus on disclosure in Sustainable Logistics Plans.

Theoretical and practical contributions: This research contributes to the scope of public management, as it increases the chances of comparing performance with other institutions, provides institutional support so that, in the future, they obtain sustainability certifications, encouraging the improvement of the quality of services and the expansion of service to the population, bringing evidence that can provide a context for public managers to outline management strategies, focused on sustainable management practices.

Keywords: Sustainability Indicators, Sustainable Logistics Plan, Global Reporting Initiative.

Resumen

Objetivo de la investigación: Identificar la adherencia entre el conjunto de indicadores de los Planes de Logística Sostenible de las instituciones que integran la Red de Cooperación en gestión pública sostenible en el Estado de Rondônia (ECOLIGA/RO) y los indicadores difundidos por el Global Reporting Initiative (GRI).

Marco teórico: La investigación utiliza, como soporte teórico, estudios sobre indicadores de sostenibilidad, Planes Logísticos Sostenibles y los indicadores, difundidos por las Directrices GRI.

Metodología: Se trata de una investigación cualitativa, desarrollada por análisis documental, a partir del Manual de Implementación del Informe de Sostenibilidad GRI y de los indicadores contenidos en los Planes de Logística Sostenible de las instituciones estudiadas. Para la recolección de datos, se realizaron búsquedas en las páginas electrónicas de las diez instituciones que componen la ECOLIGA/RO.

Resultados: *Se encontró que la representación de los indicadores de las instituciones encuestadas aún necesita evolucionar; de las diez organizaciones, sólo cuatro implementaron sus planes, que pertenecen al ámbito del Poder Judicial y, en virtud de la determinación del Consejo Nacional de Justicia, editaron sus documentos. Se encontró que la adherencia a los indicadores contemplados en los Planes de Logística Sostenible, en relación con el GRI, es bastante incipiente; de los 91 indicadores de su compendio, solo seis fueron reportados por las instituciones encuestadas.*

Originalidad: *Esta investigación se diferencia de las demás por ser el primer estudio comparativo sobre la aplicación de indicadores de sostenibilidad, difundidos por el GRI a nivel Rondoniano, con foco en la divulgación en Planes Logísticos Sostenibles.*

Aportes teóricos y prácticos: *Esta investigación contribuye al alcance de la gestión pública, ya que aumenta las posibilidades de comparar el desempeño con otras instituciones, brinda apoyo institucional para que, en el futuro, puedan obtener certificaciones de sostenibilidad, incentivando la mejora de la calidad de los servicios y la ampliación del servicio a la población, trayendo evidencias que puedan proporcionar una estructura para que los gestores públicos definan estrategias de gestión, enfocadas en prácticas de gestión sostenible.*

Palabras Clave: *Indicadores de Sostenibilidad, Plan de Logística Sostenible, Global Reporting Initiative.*

1 INTRODUÇÃO

Sustentabilidade é um tema cada vez mais presente no conjunto de informações que a população comum e as organizações públicas e privadas recebem, aproximando-se de se tornar o parâmetro principal para o reconhecimento do desenvolvimento de uma nação. Dessa forma, além dos anseios econômico-produtivos, os anseios de natureza político social também passam a compor os controles organizacionais, especialmente as questões ecológicas que demandam uma nova postura das organizações em sua relação com o meio ambiente (Donaire, 1994).

Sanches (2000) afirma que o aumento da necessidade de controle ambiental nas organizações é um fator de competitividade ou mesmo de sobrevivência, exigindo nova postura na forma de conduzir os negócios, produzindo introdução dos aspectos ambientais nas políticas e estratégias organizacionais.

A utilização de ações de sustentabilidade auxilia na preparação e na constituição do sistema de participação geral dos envolvidos, pois reforça a necessidade de mensurar, entender e melhorar o processo organizacional, com planejamento, organização, direção e controle (PODC). Como destaca Peter Drucker (2004), se não mede a ação, não se compreende o processo. Portanto, se não compreende o processo, não há como aperfeiçoá-lo.

Os dados científicos e as pressões da comunidade civil organizada impulsionaram as organizações a serem mais responsáveis com os indicadores sociais e ambientais, estimulando a divulgação dos balanços socioambientais. Entretanto, ainda há carência de normas universais para a publicação dos balanços. Nessa esteira, a *Global Reporting Initiative* (GRI) desenvolveu um estudo intitulado “Diretrizes para o relatório de sustentabilidade”, que descreve os padrões a serem perseguidos pelas organizações para a consecução dos relatórios.

Em outra jurisdição, no ano de 2017, nasce a Rede de Cooperação ECOLIGA/RO, inicialmente composta pelos quatro órgãos do Poder Judiciário, presentes no Estado de Rondônia, com a intenção de compartilhar informações e boas práticas para a melhoria da gestão socioambiental. A ideia da criação da rede surgiu após representantes das áreas de gestão socioambiental desses órgãos participarem de um evento, no qual foram apresentadas várias soluções de gestão, provenientes dessas redes em outros estados, que demonstrava a necessidade de interligação e compartilhamento de experiências e iniciativas.

A ECOLIGA/RO, hoje, é a união de diversas organizações públicas, por meio da formalização de um Acordo de Cooperação, cuja finalidade é de desenvolver ações conjuntas para o compartilhamento de práticas sustentáveis. Sua existência traz relevante contribuição aos demais órgãos públicos do estado, à medida em que coordena estudos e atividades úteis a cada um. A ECOLIGA, ao fortalecer esses órgãos, permite a criação de modelos a serem utilizados por outras organizações públicas e até mesmo privadas, independentemente de sua adesão ao Acordo de Cooperação que a instituiu.

Ao se tornar referência para outras instituições, é preciso que a ECOLIGA estabeleça padrões que a representem, tanto para o planejamento de ações, quanto para sua gestão. E é a busca de um desses padrões que fomenta esta pesquisa. Nos estudos preliminares verificou-se a consistência do modelo de relatórios, indicadores e métricas propostos pela GRI para a sustentabilidade de organizações de todo o planeta. E é por observar as características desse modelo que o interesse nessa pesquisa se torna aguçado, trazendo à tona a seguinte pergunta de investigação: Qual a conformidade entre o conjunto de indicadores de sustentabilidade dos PLS dos órgãos que integram a ECOLIGA do Estado de Rondônia e os indicadores difundidos pela (GRI)?

Para responder à indagação, resultante deste estudo, ao relacionar a lógica entre a gestão dos Planos de Logística Sustentável dos órgãos participantes da ECOLIGA e o conjunto de indicadores propostos pela GRI, será possível cumprir o Objetivo desta pesquisa que é identificar se há relação entre os indicadores de sustentabilidade dos PLS dos órgãos da ECOLIGA e os indicadores da GRI.

Este estudo torna-se pertinente, visto que, dado o pouco tempo de constituição da ECOLIGA no Estado de Rondônia, contribui para o aprimoramento das informações dos profissionais executores da gestão da sustentabilidade, pois, devido ao fato de a gestão sustentável nas instituições públicas ser uma questão em ascensão, os estudos específicos sobre a temática ainda são escassos. Como consequência, os esforços para a realização deste trabalho possuem maior concentração na legislação que regulamenta a matéria e, também, nas diretrizes da GRI que, de acordo com Camargos (2012), Lunkes e Rosa (2012) são altamente disseminadas e aceitas em todo o mundo e são conhecidas como padrão de referência em diversos setores da economia.

Considerando-se a importância do monitoramento e avaliação do desempenho em sustentabilidade, como instrumentos essenciais para a gestão efetiva dos órgãos participantes, bem como a conveniência de dispor de indicadores para acompanhar e avaliar a implementação de seus Planos Estratégicos, os resultados deste trabalho poderão subsidiar o desenvolvimento de um modelo específico com diretrizes em nível internacional, visando o monitoramento e avaliação do desempenho sustentável para os órgãos pesquisados.

A experiência dos órgãos analisados poderá servir de base para aplicação em outros órgãos do estado de Rondônia. A aplicação do modelo de monitoramento e avaliação poderá propiciar maior transparência e eficiência da gestão estratégica dos

órgãos analisados, com melhorias significativas da comunicação com suas partes interessadas. Outro ponto que torna esta pesquisa relevante é que ela proporcionará um suporte institucional para que, futuramente, os órgãos da ECOLIGA obtenham certificações de sustentabilidade (como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL e a *Leadership in Energy and Environmental Design* – LEED), incentivando a melhoria da qualidade dos serviços e a ampliação do atendimento à comunidade.

Dessa maneira, com os resultados, espera-se oferecer uma contribuição aos debates sobre a vertente social da Administração Pública, resultando na verificação do estágio de maturidade em que as instituições elencadas se encontram, pela perspectiva da sustentabilidade e da cooperação entre si.

Os órgãos participantes da ECOLIGA demonstram interesse nesse estudo, tendo em vista que o Acordo de Cooperação visa o compartilhamento e execução conjunta de práticas de política e gestão sustentável, bem como as ações de estabelecimento de meios de intercâmbio de conhecimentos, informações e pesquisas, de forma a fomentar a troca de experiências, com vistas a difundir boas práticas na administração pública.

No contexto institucional em que a análise se insere, pretende-se proporcionar informações valiosas aos representantes das instituições pesquisadas, sendo eles representantes dos núcleos socioambientais e comissões de sustentabilidade e, posteriormente, os gestores desses órgãos, de forma que esses possam tomar decisões, visando à melhoria do desempenho sustentável das organizações e que eles possam se valer de sistemas de monitoramento e avaliação, tendo como subsídio os indicadores propostos para tomada de decisões, relativas às estratégias de sustentabilidade que adotam. Espera-se, ainda, oferecer aporte para uma compreensão mais ampla de como as instituições analisadas poderão construir uma dinâmica de gestão essencial à sua sustentabilidade e à difusão da cidadania em todas as classes da população rondoniense.

Em relação à estrutura, este texto está organizado da seguinte forma: além da presente introdução, os fundamentos teóricos, o percurso metodológico, análise dos resultados e, por fim, as conclusões da pesquisa.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A evolução da humanidade demonstra as mudanças que surgem na relação entre homem e natureza. O homem sempre modificou o ambiente natural em que está inserido para assegurar a sua sobrevivência. Portanto, com o passar dos anos, essas modificações se tornaram cada vez maiores.

Na década de 1980, já inspirado pelo debate e inclinações de desenvolvimento que incorporassem a questão ambiental e reorientando sua postura frente à condução dos recursos naturais, o Governo Federal brasileiro, no ano de 1981, buscou definir a organização da gestão administrativa do meio ambiente no Brasil. Dessa forma, foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/81), que estabeleceu o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), definindo, e em seu artigo 9º, os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente:

- I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;
- II - o zoneamento ambiental;
- III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental.

Influenciado pela fixação de regras, a sociedade civil e o mercado começaram a estipular normas para que as empresas e demais agentes se adaptassem à nova realidade. Ampliou-se, portanto, a percepção de que não há a viabilidade de operação responsável se, internamente, os olhares da organização não estiverem convictos da importância da adoção de ações ambientalmente corretas (Dias, 2011).

A gestão ambiental passou a incorporar diversas iniciativas, tanto empresariais, quanto governamentais e sociais, que procuram gerar condutas mais adequadas para assegurar um futuro promissor para o planeta.

Na visão de Rohrich e Cunha (2004), a gestão ambiental é uma união de políticas e práticas operacionais e administrativas, considerando a segurança das pessoas, a saúde e a proteção do meio ambiente, mediante eliminação ou redução dos danos e impactos ambientais, resultantes do planejamento, implantação, operação, expansão, realocação ou desativação de empreendimentos e atividades e demandam informações que auxiliam no processo decisório, traduzindo a realidade em objetos conhecidos e mensuráveis.

Tinoco e Kraemer (2008) apontam que a gestão ambiental resulta em como a organização sistematiza para atingir a qualidade pretendida sem agredir o meio ambiente. Nessa circunstância, o primeiro passo para implementar um sistema para gerenciamento ambiental, de acordo com Engelman, Guisso e Fracasso (2009), é realizar uma avaliação da interação da instituição com o meio ambiente, mediante um inventário de ocorrências e do modo de funcionamento das atividades, abrangendo a análise da legislação relacionada. Na definição das ações é importante considerar todas as atividades envolvidas, evidenciando seus respectivos impactos ambientais. Além disso, a implementação carece de mudança comportamental e gerencial na instituição, devendo ser conduzida de modo integrado e participativo.

O grande obstáculo reside em como medir os resultados ou como empregar indicadores que possam contribuir com a mensuração ou com a gestão da sustentabilidade. É, portanto, necessário que se estabeleça uma estrutura lógica de metas, as quais possam ser constantemente verificadas a partir de indicadores. A implementação de indicadores como instrumentos de gestão ambiental propicia o adequado monitoramento às condições que não podem ser facilmente perceptíveis e, também, permite a comparação e o acompanhamento em relação aos processos observados.

Sellitto e Gomes (2006) afirmam, com fundamento em outros autores, que há pouca preocupação dos gestores em classificar aqueles indicadores mais apropriados ou acurados para uma aferição ideal de desempenho ambiental, diante dos objetivos estratégicos e dos caminhos para atingi-los. Esta lacuna é expandida pela pouca divulgação das condições internas das instituições em relação às suas ações de gestão ambiental, de seus reais impactos no meio ambiente e de sua atuação para mitigá-los.

Na esfera pública, o governo tem papel essencial na consolidação do Desenvolvimento Sustentável, já que é o responsável pela instituição das leis e normas que estabelecem os critérios ambientais que devem ser observados por todos os cidadãos. É indispensável a promoção de atitude congruente, comprometendo-se,

também, por ajustar sua conduta ao princípio da sustentabilidade, transformando-se em exemplo de mudança dos padrões de consumo e de produção.

No período atual, o maior desafio das grandes empresas, da sociedade organizada e de governos é o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Governos e organizações públicas e privadas tornam-se cada vez mais conscientes da inviabilidade de separar os aspectos relativos ao desenvolvimento econômico dos aspectos relativos ao meio ambiente.

Em decorrência dos apontamentos constantes do Acórdão 1.752/2011-TCU-Plenário, foi promulgado o Decreto 7.746/2012, que pode ser citado como um marco da sustentabilidade na administração pública (TCU, 2017). Por determinação do Decreto a Instrução Normativa Nº 10 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi editada, estabelecendo os princípios para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável nos órgãos públicos federais, determinando a metodologia de implementação e os conteúdos mínimos para sua composição.

De acordo com o artigo 3º da Instrução Normativa, os PLS são ferramentas de gestão com objetivos e responsabilidades estabelecidas, ações, metas, prazos de execução e métodos de monitoramento e avaliação, que permitem, à instituição, estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, visando gerir o fluxo de materiais, serviços e informações, que incluem o ciclo, desde a aquisição até o descarte ou desfazimento dos produtos/serviços, considerando os aspectos relativos à proteção ambiental, à justiça social e ao desenvolvimento econômico.

Na visão de Carvalho (2017) o PLS representa os vários normativos apresentados aqui em prol do Desenvolvimento Sustentável, tornando-se, instrumento fundamental de efetividade do Estado Socioambiental na Administração Pública. De acordo com Oliveira (2015) a sustentabilidade almejada no PLS consiste em um processo evolutivo de aprimoramento, iniciando-se por ações básicas e, gradualmente, aumenta seu escopo de influência, na qual deve ser continuamente avaliado e é uma ferramenta estratégica, adotada pela instituição na busca do comprometimento com as questões socioambientais, na qual, de forma coparticipativa e corresponsável, os sujeitos possam pensar, refletir e sugerir melhorias.

A Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), também editada por força do Decreto 7.746/2012, estabeleceu regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável e determinou, aos órgãos do Poder Judiciário, a implantação do PLS, considerando, dentre outros normativos, os modelos de boas práticas de gestão sustentável do Poder Executivo, constantes na IN nº 10/2012/SLTI. Para efeitos comparativos, os temas mínimos, contidos em cada normativo, estão demonstrados no Quadro 1.

Quadro 1: Temas mínimos do PLS, de acordo com a Instrução Normativa nº 10/2012/SLTI e Resolução nº 201/2015/CNJ.

TEMAS MÍNIMOS DO PLS - IN Nº 10/2012/SLTI	TEMAS MÍNIMOS DO PLS - RES. 201/2015/CNJ
- Material de consumo;	-Uso eficiente de insumos e materiais;
- Energia elétrica;	-Energia elétrica;
- Água e esgoto;	-Água e esgoto;
- Coleta seletiva	-Gestão de Resíduos;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;	-Qualidade de vida;
- Compras e contratações sustentáveis;	-Sensibilização e capacitação socioambiental;
- Deslocamento de pessoal.	-Contratações sustentáveis;
	-Deslocamento de pessoal, bens e materiais.

Verifica-se, a partir do cruzamento entre os dispositivos retratados, que não há um alinhamento total em relação aos temas mínimos de cada eixo. O tema Sensibilização e capacitação não foi contemplado na IN nº 10/2012/SLTI.

Os estudos com indicadores de sustentabilidade são realizados a partir de dados, cujas interpretações produzem informações que conduzem a parâmetros predeterminados. É indispensável a seleção criteriosa das fontes empregadas na coleta de dados, para que os elementos sejam legitimados pela comunidade científica. As interpretações devem ser intensamente precisas para que, alicerçadas nas informações, haja um bom planejamento e uma boa gestão em diferentes setores de uma instituição. Sobre este aspecto Tinoco e Kraemer (2011) apontam que os indicadores de sustentabilidade estão estreitamente associados aos métodos de produção e de consumo, transmitindo a intensidade de emissões de poluentes ou de utilização de recursos, além de suas tendências e evoluções em um determinado intervalo de tempo, servindo, também, para demonstrar os progressos realizados, pretendendo dissociar as atividades econômicas das pressões ambientais correspondentes.

Para Bellen (2006) o indicador é uma informação qualitativa ou quantitativa sobre resultados ou consequências associadas à organização, comparável e que pode ser monitorada ao longo do tempo e são importantes para que se perceba o significado operacional do conceito de desenvolvimento sustentável, atuando como ferramenta didática.

Os estudos com indicadores de sustentabilidade podem fornecer contribuições às instituições sobre a importância do tema, propiciando a divulgação de informações quanto aos aspectos relacionados com as políticas públicas socioambientais nas organizações brasileiras, impactando de forma positiva sobre toda a sociedade. Para Kayano e Caldas (2002) quando os indicadores de sustentabilidade são criados com a finalidade de avaliar desempenho e legitimar políticas públicas, tornam-se importantes instrumentos para disponibilizar informações básicas para a construção de diagnósticos sobre a realidade social, sendo criados não apenas para avaliar, mas antes, para subsidiar e amparar o desenho de determinadas políticas e programas públicos.

A partir da definição dos indicadores que o órgão considera mais relevantes, inicia-se o planejamento de seus projetos e programas, editando seus PLS. Baseado nesse plano, as instituições elaboram seus Relatórios de Sustentabilidade.

O Relatório de Sustentabilidade, conhecido por Balanço Social – em sua versão mais antiga, ou ainda como Relatório Socioambiental, conforme GRI (2013a), comunica, às partes interessadas, internas e externas, como está o desempenho da organização, em um determinado espaço de tempo, pretendendo alcançar o desenvolvimento sustentável em relação aos compromissos assumidos, abordagem de gerenciamento e estratégia, proporcionando uma explanação equilibrada deste desempenho, com as consequências benéficas e adversas.

De acordo com Tinoco (2001) o Balanço Social (BS) consiste um instrumento de tomada de decisões e controle, de grande aplicação para a direção da organização, permitindo melhorar o ambiente interno e explicar alguns objetivos a médio prazo: os corpos diretivos passarão, desse modo, a ser considerados não apenas em função dos resultados econômicos, mas também dos resultados sociais. Para o autor, o BS pode auxiliar na construção de uma boa imagem pública da instituição, dos próprios membros e do público em geral. Segundo o autor, em alguns países, está se tornando um bom instrumento para as negociações trabalhistas entre a direção da empresa e os sindicatos.

Na visão de ETHOS (2007) BS é um levantamento dos importantes indicadores de desempenho ambiental, econômico e social da organização. Ele aumenta seu diálogo com o público com o qual a organização se relaciona e esclarece seus objetivos no passado, no presente e no futuro, permitindo que a importância da responsabilidade social seja ampliada na estratégia corporativa, uma vez que reúne, além da avaliação da empresa sobre seu desempenho, as expectativas de seus stakeholders.

Todavia, o conceito só ganhou afeto com as campanhas realizadas pelo sociólogo Herbert de Souza, fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, em prol da Responsabilidade Social e da divulgação voluntária do Balanço Social por parte das empresas como um modelo simples e ético. Para Herbert de Souza, o conceito do Balanço Social é demonstrar quantitativamente e qualitativamente a ação praticada pelas organizações no plano social, tanto internamente, como na sua ação na comunidade.

De acordo com Tinoco (2001), perante o avanço do conceito de Balanço Social, cujo leque de itens, analisados e relatados, acrescentou-se e passou a demonstrar questões econômicas, ambientais e de cidadania, pode-se afirmar que o termo Relatório de Sustentabilidade se tornou mais apropriado. Segundo o autor, na maioria dos países, a publicação é voluntária e não há modelos impostos para a construção de relatórios. Entretanto, há padrões bem estruturados em aprimoramento, como os modelos produzidos pela GRI.

Desse modo, a divulgação de um Relatório de Sustentabilidade, por parte de uma determinada organização tem por finalidade evidenciar se os discursos de Responsabilidade Socioambiental, propagados pelas organizações, por meio de suas publicidades, podem ser comparados com a prática.

Além dos modelos de Balanço Social propostos pelo IBASE e o modelo ETHOS, concebidos para atender às necessidades que são estabelecidas pelas Organizações, sejam elas Públicas ou Privadas, depara-se, igualmente, com o modelo sugerido pela GRI, objeto desta pesquisa.

2.1 *Global Reporting Initiative: a organização, seus princípios e diretrizes*

A GRI é uma organização internacional, sem fins lucrativos, fundada em 1997 como um projeto vinculado à ONG norte-americana, CERES (*Coalition for Environmentally Responsible Economies*), uma rede nacional de investidores, organizações ambientais e outros grupos de utilidade pública, com sede em Boston - EUA. Em 2002, a GRI se tornou uma ONG internacional independente, sediada em Amsterdã/Holanda, tendo como missão, a concepção e a disseminação global de diretrizes mais adequadas, com objetivo de promover a sustentabilidade das organizações, orientando-as sobre quais questões (econômicas, sociais, ambientais) medir e relatar (GRI, 2013a).

O intento da GRI é disponibilizar princípios, diretrizes e conteúdo para relatos de sustentabilidade em variadas organizações, independentemente de seu porte, tamanho ou localização, sendo referência internacional para todos os interessados na difusão de informações de gestão organizacional nas dimensões econômica, ambiental e social (GRI, 2013b).

Com base em vários autores, Luiz (2014) afirma que as diretrizes do GRI são altamente disseminadas e aceitas em todo o mundo, e são consideradas padrão de referência em diversos setores da economia. Os relatórios GRI apresentam os resultados das instituições, na perspectiva do tripé da Sustentabilidade (*Triple Bottom Line*), envolvendo, além dos aspectos contábeis e financeiros, a explicitação dos impactos

econômicos, sociais e ambientais no meio em que a instituição está inserida (Tinoco, 2010).

De acordo com GRI (2013a) seu principal produto é o conjunto de Padrões de Relatórios de Sustentabilidade, sendo estes produzidos em mais de 100 países, disponibilizados de forma gratuita. A intenção é apoiar seu amplo uso e implementação, oferecendo às organizações a oportunidade de se unirem a uma rede global e colaborativa de múltiplas partes interessadas, que trabalha em conjunto para alcançar o objetivo comum de economia global sustentável.

A GRI (2013b) ressalta que um relatório de sustentabilidade, apoiado em suas diretrizes, externaliza os resultados obtidos, durante o período declarado no contexto dos compromissos da estratégia e do sistema de gestão organizacional. Esses resultados podem ser utilizados de forma que a organização se torne padrão de referência no setor de atuação, em respeito às normas, leis, códigos, iniciativas voluntárias e padrões de desempenho. Também expressa o quanto a instituição influencia e é influenciada pelo paradigma da sustentabilidade, possibilitando a comparação do desempenho intra e interorganizações diferentes ao longo do tempo.

Elaborar relatórios de sustentabilidade, mensurando e divulgando os impactos socioambientais, gerados pelas atividades rotineiras das organizações, vem sendo uma prática incorporada por empresas e instituições públicas, localizadas em vários países. Fato muito comum na Europa, no Japão e na América do Norte e que se torna cada vez mais expressivo nos mercados emergentes.

Uma quantidade crescente de organizações, principalmente empresas privadas, têm preferido produzir Relatórios de Sustentabilidade, com base no padrão de diretrizes criado pela GRI, devido a inúmeros fatores, tais como a padronização e ainda a probabilidade de adaptação que a estrutura possibilita para os mais variados segmentos. Para Bassetto (2010) a adesão a esses relatórios é voluntária e tem como propósito: apoiar e facilitar a gestão dos temas de sustentabilidade das organizações de forma sistemática; disseminar os riscos e oportunidades; e desenvolver uma reputação corporativa mais transparente. Para o autor o modelo GRI tem sido cada vez mais importante para a elaboração de relatórios equilibrados e abrangentes, ao instituir princípios essenciais em relação ao desempenho ambiental, social e econômico de uma organização.

De acordo com GRI (2013b), há dois tipos de conteúdos padrão: gerais e específicos. Os conteúdos padrão gerais empregam-se a todas as organizações que elaboram relatórios de sustentabilidade. Dependendo da opção “de acordo” definida, a organização precisará indicar os conteúdos gerais a serem comunicados, os quais dividem-se em sete partes: Estratégia e Análise, Perfil Organizacional, Aspectos Materiais Identificados e Limites, Engajamento de Stakeholders, Perfil do Relatório, Governança e Ética e Integridade. Já os conteúdos padrão específicos compreendem a apresentação de informações sobre a forma de gestão e a apresentação dos indicadores. É importante enfatizar que esta pesquisa se concentra nos conteúdos padrão específicos, adentrando-se, especialmente, no levantamento dos indicadores da GRI-G4, verificando o alinhamento deles, pelos órgãos da ECOLIGA.

A avaliação de desempenho da GRI é realizada mediante à aplicação de indicadores. Segundo Camargos (2012), a GRI oferece protocolos de indicadores com definições, orientações para compilação, e outras informações que garantam a coerência e interpretação dos indicadores de desempenho. Os indicadores da GRI oferecem

informações sobre o desempenho, ou impactos nas categorias (ou dimensões) econômicas, ambientais e sociais.

A categoria econômica relaciona-se aos impactos da organização sobre as condições econômicas de seus stakeholders e sobre sistemas econômicos em nível local, nacional e global. Ela não foca na situação financeira da organização. Esta categoria manifesta o fluxo de capital junto a diferentes stakeholders e os relevantes impactos econômicos da organização sobre a sociedade como um todo. A categoria ambiental relaciona-se aos impactos da organização sobre ecossistemas (insumos e saídas). Ela compreende, também, impactos concernentes à biodiversidade, aos transportes e a produtos e serviços, além da conformidade legal os e gastos e investimentos na área ambiental. A categoria social corresponde aos impactos da organização sobre os sistemas sociais em que ela atua. Essa categoria abrange as seguintes subcategorias: Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto (GRI (2013b).

Os indicadores e as orientações relativas a eles estão disponíveis para cada Aspecto, como apresentado na Quadro 2.

Quadro 2: Categoria, aspectos e total de tópicos do GRI – G4



Fonte: GRI, 2013b.

Segundo GRI (2013b) a maior parte do conteúdo das subcategorias respalda-se em princípios universais internacionalmente reconhecidas ou outras referências internacionais importantes. A GRI selecionou alguns indicadores, considerados importantes na análise dos stakeholders, no momento de sua decisão, por isso foram estabelecidos 91 indicadores que as organizações podem utilizar para manifestar o grau de aderência à GRI. Entre tais indicadores houve uma divisão entre os essenciais, aqueles identificados como de interesse da maioria dos stakeholders e considerados relevantes, e os adicionais, aqueles que representam práticas emergentes ou referem-se a temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras. Desse modo, destaca-se que foram considerados, neste estudo, os indicadores essenciais e abrangentes da GRI.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Diante do caráter contemporâneo de sua aplicação em órgãos públicos, após extensa revisão de literatura e compreensão dos benefícios relatados, foram reunidos esforços,

visando identificar se os indicadores de sustentabilidade dos PLS dos órgãos da ECOLIGA estão aderentes às diretrizes da GRI.

Em conformidade com as normais vigentes, foi celebrado o Termo de adesão ao Acordo de Cooperação Técnica junto ao Tribunal de Justiça do estado de Rondônia (indutor da proposta), Ministério Público do Estado de Rondônia, Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (órgãos estaduais), Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, Seção Judiciária do Estado de Rondônia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública da União e Fundação Universidade Federal de Rondônia (instituições federais), com o objetivo de compartilhamento e execução conjunta de práticas de política e gestão sustentável, assim instituindo a ECOLIGA de Rondônia.

O local do estudo foi selecionado propositalmente, sendo este escolhido, em razão da facilidade de acesso às informações e pelo conhecimento institucional da autora deste trabalho, a qual é servidora efetiva de um dos órgãos partícipes da ECOLIGA. Os órgãos pesquisados localizam-se na cidade de Porto Velho, onde se encontram as sedes de todos eles.

Para realização deste estudo foi empregada a abordagem qualitativa, utilizado a Análise Documental como metodologia de investigação, com o propósito de analisar e compreender o teor dos documentos escolhidos como corpus da pesquisa, buscando identificar informações factuais existentes, utilizando as diretrizes da GRI e os Planos de Logística Sustentável como objeto de estudo, de forma a obter as mais significativas informações, em relação aos indicadores de sustentabilidade, considerando o problema de pesquisa. O uso da análise documental como caminho metodológico se fundamentou, pois foi determinante para identificar se os indicadores de sustentabilidade dos PLS dos órgãos da ECOLIGA estão aderentes aos propagados nas diretrizes da GRI.

Na pesquisa documental realizada, os dados obtidos foram absolutamente provenientes dos documentos: Manual de implementação de relatos de sustentabilidade da GRI e PLS dos órgãos públicos estudados, como intenção de obter informações neles contidos, visando compreender se há alinhamento entre seus indicadores de sustentabilidade. Dessa maneira, foi possível utilizar de métodos e técnicas de coleta, compreensão e análise de um conjunto de documentos públicos, com bancos de dados considerados heterogêneos.

Para a coleta dos dados foram realizadas buscas pelas páginas eletrônicas oficiais de todos os órgãos partícipes, em seus websites, onde estão publicados os respectivos Planos. Quando não estavam publicados, ou quando restava dúvida se haveria um PLS elaborado, realizou-se consulta direta aos representantes da ECOLIGA para que os encaminhassem, via E-mail. A pesquisa documental, concernente aos manuais da GRI, seguiu o mesmo procedimento; com buscas pelas publicações nos sítios eletrônicos, seguida de contatos por correio eletrônico para sanar dúvidas ou adquirir novos documentos.

Salienta-se que esta pesquisa se restringiu à análise dos indicadores de sustentabilidade, eleitos nos PLS das instituições pesquisadas, não entrando no mérito de eficácia ou efetividade dos seus resultados. Também não foi julgada a intenção dessas instituições ao optarem pela elaboração e publicação do PLS, considerando que uma das críticas a esta demonstração, feita por alguns teóricos, se relaciona ao fato de as organizações utilizarem os Relatórios de Sustentabilidade como instrumento de marketing.

Todas as instituições que compõem o Acordo de Cooperação que instituiu a ECOLIGA foram pesquisadas, caracterizando, dessa maneira, um censo. No entanto, ao se apresentarem as primeiras informações documentais, a pesquisa atuou apenas com os órgãos que elaboraram seus PLS, ou instrumento equivalente.

A análise e interpretação dos dados foi categorial temática, consistindo na extração do sentido de cada indicador que iniciou pela geração de categorias, classificando e organizando as diferentes dimensões, selecionando e posicionando-as dentro de um modelo teórico, adotando um protocolo para inventariar as informações levantadas, baseado em uma estrutura para tomar nota dos indicadores de sustentabilidade disseminados pela GRI, em relação aos 91 indicadores de seu compêndio, agrupando em tópicos e organizando em colunas, para posterior classificação e estabelecimento de interconexões entre as categorias, fazendo uma interpretação do significado dos indicadores levantados, concernentes aos códigos de cada um, com base no Manual de implementação de relatos de sustentabilidade da GRI, o que proporcionou realizar uma análise a partir das informações fornecidas nessas diretrizes. Esse foi o momento de reunir todos os fragmentos – elementos da problemática e do quadro teórico, contexto e conceitos-chave. Nessa fase foram realizadas duas das etapas de Análise Documental: a análise preliminar envolveu o estudo do contexto dos documentos, em especial os conceitos-chave e a lógica das diretrizes da GRI e dos PLS dos órgãos estudados; a análise, propriamente dita, consistiu na extração de informações significativas que possibilitaram a exposição do objeto de estudo, visando contribuir na solução do problema de estudo proposto e possibilitando retirar evidências que fundamentaram as afirmações deste estudo, servindo para validar as informações obtidas na coleta de dados.

4 ANÁLISE DE DADOS

O propósito desta seção, seguindo a metodologia estabelecida, é relatar as informações obtidas, em referência aos dados coletados neste estudo, não sendo intuito do presente trabalho analisar e criticar o desempenho desses órgãos, em termos de sustentabilidade, mas sim o alinhamento dos indicadores dos órgãos da ECOLIGA com indicadores os da GRI. Para tanto, primeiramente, foi elaborado um quadro analítico, contendo uma lista de todos os 91 indicadores da GRI, versão G4, nas suas respectivas categorias, os aspectos, seus devidos enquadramentos e o conteúdo de cada um, permitindo maior compreensão dos indicadores adotados nas diretrizes.

Antes de iniciar os trabalhos alusivos à verificação dos indicadores das instituições pesquisadas, realizou-se um levantamento, a fim de averiguar quais elaboraram seus PLS. Durante a diligência, constatou-se que, dentre os dez órgãos partícipes da ECOLIGA, apenas quatro elaboraram seus documentos, a saber: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE), Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT), Seção Judiciária do Estado de Rondônia do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF) e Tribunal de Justiça do estado de Rondônia (TJ-RO), conforme apresentado na Quadro 3.

Quadro 3: Regulamentos que regem Instituições para elaboração dos PLS

Instituições pesquisadas	Instituições que elaboraram o PLS	Instituições regidas pela Instrução Normativa N° 10/20112/SLTI	Instituições regidas pela Resolução N° 201/2015/CNJ	Instituições regidas pela Recomendação N° 6/2007/CNMP
TRE	X	X	X	
TRT	X	X	X	
TRF	X	X	X	
MPF		X		X
MPT		X		
DPU		X		
UNIR		X		
TJ-RO	X		X	
TC-RO*				
MP-RO				X

* Não foi identificada legislação que imponha a elaboração de PLS ao órgão

Certamente, uma observação de grande destaque em relação às informações apresentadas na coleta de dados é que todas as quatro instituições que elaboraram seus PLS compõem o Poder Judiciário; os demais órgãos, vinculados ao poder executivo e, até mesmo os órgãos de controle deixaram de elaborar seus planos, apesar das imposições legais vigentes. Nesse contexto, é possível inferir que os motivos para tal cenário se devem à força do CNJ em relação aos órgãos por ele controlados. Sobre esta perspectiva, para o Tribunal de Contas da União, apesar de não haver submissão ao Conselho, há um braço administrativo para prestar apoio à gestão. De acordo com Castro e Santos (2011), o Ato expedido pelo CNJ detém o mesmo impacto normativo das leis.

Outro aspecto a ser observado é que não foi identificada nenhuma norma que imponha ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia a elaboração de Plano de Logística Sustentável, em seu acervo documental, em sua página de internet e nem mesmo junto aos seus representantes.

De forma complementar, deduz-se que a desarmonia de normativos legais, apresentados em capítulos anteriores, pode contribuir para o desinteresse do gestor público quanto à execução das ações delegadas.

Salienta-se que algumas instituições que não elaboraram seus PLS, possuem outras diretrizes norteadoras de boas práticas em sustentabilidade, incorporando a variável ambiental em seus processos, a exemplo do Ministério Público do Estado de Rondônia (MP-RO) e do Ministério Público Federal (MPF) que, por força da Recomendação N° 6/2007, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) recomendou a criação de Comissões Institucionais de Gestão Ambiental, com a tarefa de estudar, sugerir e acompanhar a implementação de medidas administrativas, voltadas à adoção de hábitos ecologicamente sustentáveis, no sentido de fomentar a conscientização institucional da preservação ambiental. Em consequência dessa recomendação, o MPF editou o Manual Socioambiental para formalização de seus programas, o qual contém objetivos e plano de ações, com respectivos indicadores. Já o MP-RO editou a Resolução N° 5/2016/PGJ, instituindo normas e ações de sustentabilidade e racionalização de custos, visando definir práticas sustentáveis a serem implementadas para otimização e racionalização dos recursos, no que se refere a iniciativas que caracterizem boas práticas para o alcance da sustentabilidade ambiental e financeira da Instituição. Entretanto, o núcleo desta pesquisa, concentra-se nos

indicadores dos Planos de Logística Sustentáveis, deixando de analisar outras ferramentas.

Após a identificação das instituições, procedeu-se a análise dos indicadores constantes nos temas compreendidos na legislação vigente, dos órgãos pesquisados, confrontando os marcos regulamentares em sustentabilidade com o conjunto de indicadores contemplados nos PLS de cada instituição, sendo, adiante, confrontados aos indicadores da GRI. O processo de comparação resultou na construção da Quadro 04, no qual os indicadores eleitos pelas instituições pesquisadas, e que estão alinhados aos da GRI, foram listadas abaixo.

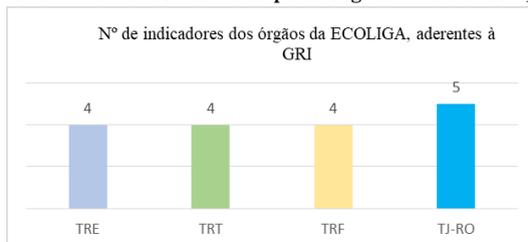
Quadro 04: Indicadores eleitos nos PLS das instituições partícipes da ECOLIGA

Indicadores estabelecidos pelas instituições da ECOLIGA, em aderência às diretrizes da GRI				
INDICADORES	TRE	TRT	TRF	TJ
EN3 - Consumo de energia dentro da organização	X	X	X	
EN5 - Intensidade energética	X	X	X	X
EN6 - Redução do consumo de energia		X		X
EN23 - Peso total de resíduos, discriminado por tipo e método de disposição	X	X	X	X
EN32 - Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais				X
LA9 - Número médio de horas de treino por ano por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional	X		X	X

Observa-se que, de acordo com os dados coletados, a representação dos indicadores abrangidos nos Planos de Logística Sustentável dos órgãos pertencentes à ECOLIGA, que estão aderentes às diretrizes da GRI, é bastante incipiente. Dentre os 91 indicadores compreendidos nas instruções da GRI, apenas 06 foram abrangidos pelos órgãos pesquisados.

Em análise mais resumida, apresenta-se, abaixo, no Gráfico 1, o total de indicadores que foram relatados pelos órgãos da ECOLIGA, que estão alinhados às diretrizes da GRI.

Gráfico 1: Número de indicadores relatados pelos órgãos da ECOLIGA, aderentes à GRI.



Verifica-se, pelo gráfico, que o número de indicadores empregados pelos órgãos pesquisados em seus PLS, em consonância com a GRI, é muito baixo; o Tribunal de Justiça de Rondônia adota 05 indicadores e os demais adotam 04, apenas. Sobre a produção de informações, concernente aos impactos causados por suas atividades de organizações públicas, de acordo com Cavatti (2014), constata-se pouca expressividade.

A esse respeito, Garcia, Ciasca e Marçal (2019) afirmam que a metodologia de relato da GRI por órgãos públicos é muito incipiente no Brasil.

Seguidamente, ao analisar, de forma individual, os indicadores adotados pelos órgãos pesquisados, constatou-se a frequência de apenas 06, em aderência aos indicadores da GRI, conforme se verifica no Gráfico 2.

Gráfico 2: Indicadores estabelecidos pelos órgãos da ECOLIGA, em conformidade aos indicadores da GRI.



Verifica-se, no gráfico, que a adoção de indicadores da categoria econômica é nula e que, dentre os indicadores da categoria social, apenas um deles foi contemplado. Além disso, apura-se que o número de indicadores eleitos, nos moldes da GRI, pelos órgãos estudados, manteve a média; entre 5 e 6 indicadores relatados em seus PLS.

Em uma análise mais abrangente certifica-se que os indicadores mais utilizados pelas instituições pesquisadas foram os da categoria ambiental, tais como: EN5 (intensidade energética) e EN23 (peso total de resíduos). Sobre o indicador EN5, é importante salientar que, de acordo com as diretrizes da GRI (2015a), a intensidade energética ajuda a contextualizar a eficiência da organização, inclusive na comparação com outras organizações. Quanto à presença do indicador EN3 (consumo de energia dentro da organização), constatou-se a eleição por parte de três instituições elaboradoras. Sobre o indicador EN3, segundo a GRI (2013a) o consumo de energia tem consequência direta nos custos operacionais e pode elevar à exposição a flutuações de abastecimento e preços de energia. A pegada ambiental da organização é delineada, em parte, pela opção de fontes de energia.

Acerca do indicador EN6 (redução do consumo de energia), ele foi retratado por duas instituições. Sobre este ponto, a recomendação da GRI é que seja relatado o volume de diminuição do consumo de energia, obtidas diretamente, em decorrência de melhorias na conservação e eficiência, bem como os tipos de energia incluídos nas reduções, tais como: combustível, energia elétrica, aquecimento, refrigeração e vapor.

Já em relação ao indicador EN23 ressalta-se que dados em relação à geração de resíduos, no decurso de vários anos podem informar o nível de progresso auferido pela organização em seu empenho de redução da produção de resíduos. Indicam, ainda, possíveis avanços na eficiência e produtividade de processos. Na perspectiva financeira, a redução de resíduos colabora diretamente para a diminuição dos custos de materiais, beneficiamento e descarte. As informações sobre o destino do descarte indicam até que ponto a organização tem gerido o equilíbrio entre as opções de disposição e diferentes impactos ambientais. A maior parte das estratégias de redução de resíduos enfatiza a priorização de opções de reutilização, reciclagem e, posteriormente, recuperação sobre outras opções de disposição (GRI, 2013a).

Continuamente, em relação ao indicador EN22 (percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais), ao examinar os PLS das instituições pesquisadas, constatou-se que apenas um dos órgãos elegeu tal indicador

em seu relatório. Consoante às diretrizes da GRI (2013a), os impactos ambientais negativos significativos potenciais podem ser evitados ou reduzidos na fase de elaboração de contratos ou de outros acordos.

Na dimensão social, dentre os indicadores relatados nos PLS da ECOLIGA, apenas o LA9 (horas de treinamento), foi identificado. Quanto à presença deste indicador, detectou-se a designação por parte de três instituições elaboradoras. Sobre este aspecto, a GRI recomenda que seja relatado o número médio de horas de treinamento, realizado pelos empregados da organização. Neste contexto, é relevante enfatizar que esse indicador abrange os treinamentos em todos os aspectos e não somente na perspectiva da sustentabilidade, como representado pelas instituições analisadas. Segundo o MMA (2018), a capacitação auxilia no desenvolvimento de competências institucionais e individuais e ao mesmo tempo propicia, aos servidores, a chance para desenvolver habilidades e atitudes visando um melhor desempenho das suas atividades, prestigiando aqueles que se envolvem em iniciativas inovadoras.

5 CONCLUSÃO

À medida que as organizações públicas e privadas admitem o papel estratégico da sustentabilidade ambiental, percebemos que seus processos e indicadores evoluem para uma gestão mais focada no desenvolvimento sustentável. Esse movimento ocorre, também, nos órgãos públicos.

Esta pesquisa está ancorada nas diretrizes da GRI, conceituada como a principal via de comunicação do desempenho econômico, social e ambiental das organizações. O objetivo deste trabalho foi identificar a aderência entre o conjunto de indicadores dos Planos de Logística Sustentável dos órgãos integrantes da ECOLIGA de Rondônia e os indicadores difundidos pela GRI.

Pela diversidade e quantidade de informações, contidas nos PLS consultados, é possível admitir que esta espécie de documento caracteriza uma importante ferramenta, não só para nortear a evidenciação das informações socioambientais aos stakeholders, mas, especialmente, para uma eficiente e eficaz gestão estratégica da sustentabilidade organizacional.

No decorrer do estudo, constatou-se que, dentre os dez órgãos partícipes da ECOLIGA, somente quatro implementaram seus PLS, a saber: TRE, TRT, TRF e TJ. Um aspecto, instigante, que merece ser destacado é que todas as instituições que pertencem ao âmbito do poder judiciário, elaboraram seus PLS e divulgam seus relatórios, por força da determinação do CNJ, ainda que adotando somente os indicadores mínimos, propostos por suas normativas. Essa afirmação é corroborada com o argumento de DiMaggio e Powell (1983) de que as instituições públicas estão divulgando seus Relatórios de Sustentabilidade por força de uma lei, um mecanismo coercitivo de mudança isofórmica institucional.

No estudo também foi constatado que, mesmo que não tenham editado seus planos, algumas instituições possuem outras diretrizes em prol da temática da sustentabilidade.

Outro aspecto perceptível foi quanto à diferença entre a Resolução 201/2015 CNJ e a IN 10/2012 SLTI; a primeira apresenta como exigência a implementação de uma unidade socioambiental no órgão ligada à alta Administração, além de evidenciar um guia do modo como essas unidades deverão conduzir, o que não ocorre com a redação da IN 10/2012. Este seria o principal motivo para o fato de a gestão socioambiental no

Poder Judiciário mostrar-se bem mais implementada, comparando com as ações do Poder Executivo.

Foi observado que a representação dos indicadores de sustentabilidade, demonstrada nos PLS das instituições pesquisadas, ainda precisa evoluir, sobretudo, em relação aos indicadores econômicos e sociais, que apresentaram inexpressividade na utilização. Sobre este aspecto, constatou-se que o tripé da sustentabilidade não foi empregado regularmente nos documentos, pois não incluiu as três categorias do *triple bottom line* (econômico, ambiental e social), mas apenas a ambiental e social, sendo que nesta última, apenas um indicador da categoria foi utilizado. De forma complementar, verificou-se que as instituições investigadas utilizam uma metodologia padronizada para evidenciar suas informações socioambientais, facilitando as comparações, especialmente por serem do mesmo setor de atuação.

Esta pesquisa permitiu observar como os indicadores vêm sendo reportados pelas instituições emissoras e a forma de seu detalhamento, o que pode ser um reflexo da demanda dos órgãos governamentais na sociedade que vem sendo mais presente e cobrando mais ações quanto aos impactos socioambientais. Esse tipo de análise pode dar suporte às organizações públicas quanto à tomada de decisão acerca dos investimentos e melhorias que podem ser implementados. O uso de indicadores econômicos e socioambientais e a adoção de boas práticas podem auxiliar tais organizações na melhoria e resgate de sua imagem junto aos stakeholders, promovendo o benchmarking interno e externo com outros órgãos do setor.

Aditivamente, foi constatado, durante a pesquisa, que a representatividade dos indicadores contemplados nos PLS dos órgãos pertencentes à ECOLIGA, que possuem aderência aos indicadores difundidos pela GRI, é bastante incipiente. Dentre os 91 indicadores do compêndio dos preceitos da iniciativa, apenas 06 (seis) foram relatados pelas instituições pesquisadas. Porém, algumas instituições têm planos de ampliar o número de indicadores para os próximos exercícios.

Por todo exposto, depreende-se que o nível de aderência entre os indicadores dos PLS dos órgãos partícipes da ECOLIGA de Rondônia frente aos indicadores da GRI é insignificante. Apesar disso, analisando-se os indicadores utilizados por essas instituições, bem como as informações identificadas na literatura, infere-se que o modelo GRI é o mais apropriado, provavelmente em razão de conter maior abrangência de informações em relação aos indicadores econômico, ambiental e social, permitindo maior segurança aos gestores no momento de tomada de decisão.

No estudo foi possível identificar a viabilidade da evidenciação e utilização de indicadores de sustentabilidade, com base nas diretrizes da GRI. O estudo revelou que os órgãos pesquisados podem utilizar os indicadores de sustentabilidade, de acordo com as instruções da cartilha GRI, embora precise fazer alterações para adequá-lo às peculiaridades do setor.

O estudo concluiu que, ao elaborar seus PLS, com base nos indicadores disseminados pela GRI, as instituições podem expandir sua atuação junto à população, aumentando as chances de comparação de desempenho com outras instituições públicas, além de contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

1. Bassetto, L. I. (2010). A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paraense de energia, COPEL. *Revista Gestão e Produção*, 17(3), p. 639-651.
2. Bellen, H. M. V. (2006). *Indicadores de Sustentabilidade: uma Análise Comparativa* (2ª. ed.). Editora FGV.

3. Brasil (1981). *Lei n° 6.938 - Política Nacional do Meio Ambiente*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm
4. Camargos, M. R. (2012). *Análise do uso do modelo Global Reporting Initiative para elaboração do Relatório de Sustentabilidade das Empresas de Energia Elétrica no Brasil*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP).
5. Carvalho, O. C. C. (2017). *Da atuação da administração pública na promoção do desenvolvimento sustentável: a instrumentalidade das licitações públicas na sustentabilidade ambiental* (Dissertação de Mestrado, Centro Universitário Autônomo do Brasil – Unibrasil).
6. Castro, M.V.M., & Santos, M.M. (2011). O poder normativo do Conselho Nacional de Justiça – análise da ação declaratória de constitucionalidade N° 12/DF. *Revista Eletrônica Direito UNIFACS – Debate Virtual*, 131, p. 21. <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1480>
7. Cavatti, F.S. (2014). *“Relatório de Sustentabilidade” GRI (Global Reporting Initiative) para a Universidade Federal do Espírito Santo: estudo prospectivo sobre possibilidades de adoção* (Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Espírito Santo – UFES).
8. Cellard A. (2012). *Análise documental*. In: *Poupart, et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.
9. Creswell, J.W (2007). *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto* (2ª Ed). Editora Artmed.
10. Dias, R. (2011). *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. Editora Atlas.
11. DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological*, 48 (2), p. 147-160. <https://doi.org/10.2307/2095101>
12. Donaire, D. (1994). Considerações sobre a influência da variável ambiental na empresa. *Revista de administração de empresas*, 34(2), p. 68-77. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901994000200008>
13. Drucker, P. (2004). *Administrando em Tempos de Grandes Mudanças*. Editora Pioneira.
14. Engelman, R., Guisio, R. M., & Fracasso, E. M. (2009). Ações de gestão ambiental nas instituições de ensino superior: O que tem sido feito por elas? *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 3(1), p. 1-12. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v3i1.115>
15. ETHOS (2013). *Princípios e compromissos*. Recuperado em 01 de outubro de 2022, de https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/IndicadoresEthos_2013_PORT.pdf
16. Garcia, A. S.; Ciasca, D. N. & Marçal, A. S. V. (2019). Como o Relato Integrado vem sendo disseminado no contexto das organizações privadas e públicas? *Conference: XIX USP International Conference in Accounting*. p. 1-14. https://www.researchgate.net/publication/334971229_Como_o_Relato_Integrado_vem_sendo_disseminado_no_contexto_das_Organizacoes_Privadas_e_Publicas
17. GRI (2013a). *G4: Diretrizes para relato de sustentabilidade, manual de implementação*. <https://sinapse.gife.org.br/download/global-reporting-initiative-g4-manual-de-implementacao>
18. GRI (2013b). *G4: Diretrizes para relato de sustentabilidade, princípios para relato e conteúdos padrão*. <https://sinapse.gife.org.br/download/global-reporting-initiative-g4-principios-para-relato-e-conteudos-padrao>
19. Kayano, J., & Caldas, E. L. (2002). *Indicadores para o diálogo*. Texto de apoio da oficina 2, série indicadores 8.
20. Lunkes, R. J., & Rosa, F. S. (2012). *Gestão hoteleira: Custos, sistemas de informação, planejamento estratégico, orçamento e gestão ambiental*. Editora Juruá.
21. Luiz, L. C. (2014). *Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposta de um modelo para avaliação do desempenho socioambiental em Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, PR).
22. Luz, S. O. C., Sellitto, M. A., & Gomes, L. P. (2006). Medição de desempenho ambiental baseada em método multicriterial de apoio à decisão: estudo de caso na indústria automotiva. *Gestão e Produção*, v. 13 (3), p. 557-570. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2006000300016>
23. Oliveira, D. E. R. (2015). *Sustentabilidade socioambiental no ensino superior: um estudo com indicadores na Universidade Federal de Sergipe*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal de Sergipe).
24. Rohrich, S. S., & Cunha, J. C. A. (2004). Proposição de uma taxonomia para a análise da gestão ambiental no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 8 (4), p. 81-97. <https://doi.org/10.1590/S1415-6552004000400005>
25. Sanches, C. S. (2000). Gestão ambiental proativa. *Revista de Administração de Empresas*, 40(1), 76-87. <https://doi.org/10.1590/S0034-7590200000100009>
26. SLTI (2012). *Instrução Normativa N° 10*. <https://www.gov.br/compras/pt-br/acao-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-10-de-12-de-novembro-de-2012>
27. Tinoco, J. E. P. (2001). *Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações* (5ª ed.). Editora Atlas.
28. Tinoco, J. E. P. (2010). *Balanco Social e o Relatório de Sustentabilidade* (1ª Ed.). Editora Atlas.
29. Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2011). *Contabilidade e gestão ambiental*. In *Contabilidade e gestão ambiental* (3ª Ed.). Editora Atlas.